



A INTERSECCIONALIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE DE ACESSO E PERMANÊNCIA

Eixo Temático 11 - EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E ESTUDOS DAS MULHERES: GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE / EIXO 11 - FEMINIST EPISTEMOLOGIES AND WOMEN'S STUDIES: GENDER, SEXUALITY AND DIVERSITY (PRESENCIAL)

Cristiani Derner ¹

RESUMO

Esta pesquisa analisa a luta de mulheres mães no acesso e permanência no ensino superior, partindo do conceito de interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw, que debate como opressões como racismo, sexismo e classismo se sobrepõem, criando barreiras únicas para essas mulheres. Com base em autoras como Carla Akotirene, o estudo destaca a atuação de coletivos como o Coletivo de Mães da UFRJ, que promovem o acolhimento e a visibilização de discentes mães. A metodologia qualitativa combina revisão bibliográfica e análise de práticas que evidenciam estratégias de luta por equidade. Assim, observa-se que a luta coletiva, ao considerar as interseções das opressões, é essencial na transformação de realidades e promoção de equidade na academia, alterando as políticas educacionais e sociais.

Palavras-chave: interseccionalidade, mulheres mães, universidade, desigualdades sociais, políticas públicas.

¹ Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ, crixxderner@gmail.com ;



INTRODUÇÃO

A interseccionalidade emerge como um conceito essencial para a compreensão das desigualdades sociais, especialmente no que diz respeito às múltiplas formas de opressão que se cruzam e se sobrepõem, como raça, gênero, classe e outros marcadores sociais. Este trabalho tem como objetivo explorar o conceito como estratégia para o enfrentamento das desigualdades de acesso e permanência no ensino superior, com foco nas experiências de mulheres mães. A pesquisa observa a atuação de coletivos materno-estudantis, como o Coletivo de Mães da UFRJ, e sua luta por equidade e justiça social.

O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw, descreve a interação simultânea de várias formas de opressão, como racismo, sexismo e classismo, que criam experiências singulares de exclusão. É necessário demonstrar como a interseccionalidade pode ser uma ferramenta analítica crucial para entender as complexas realidades vividas por mulheres mães e como ela pode orientar a construção de políticas estudantis que promovam o acesso e a permanência dessas mulheres no ensino superior.

Este estudo se apoia no referencial teórico abarcado pela definição de interseccionalidade de Crenshaw, seguido pelo debate de Carla Akotirene, que destaca as particularidades das opressões enfrentadas por mulheres negras e periféricas no contexto brasileiro, dialogando com as contribuições de Milton Santos sobre cidadania e território acrescido dos ideais de Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro e dados de resultados preliminares do Censo 2022 da Educação.

A síntese metodológica inclui revisão bibliográfica e análise de práticas e reivindicações do coletivo citado. Já as discussões e resultados da pesquisa apontam para a importância do pensar políticas estudantis e públicas de forma interseccional para viabilizar a oferta de auxílios estudantis, além da promoção de debates sobre esse grupo, possibilitando assim seu acesso e permanência na universidade.

METODOLOGIA



Este trabalho se baseia numa pesquisa qualitativa, permitindo uma análise aprofundada e contextualizada das realidades estudadas, considerando as múltiplas camadas de opressão que estruturam as desigualdades sociais que foi desenvolvida através de revisão bibliográfica e análise de práticas de coletivos materno-estudantis.

Inicialmente, realizou-se uma revisão teórica sobre o conceito de interseccionalidade, com base em obras de Kimberlé Crenshaw e Carla Akotirene, além de estudos que abordam as interseccionalidades de gênero, raça e classe no contexto brasileiro, a partir de autoras como Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro. O que permitiu construir uma base de referencial teórico para a análise das práticas dos coletivos. Após, foram analisadas ações e reivindicações de coletivos universitários, com destaque para o Coletivo de Mães da UFRJ. A escolha deste se deu por sua relevância na luta por políticas estudantis para mulheres mães. A análise incluiu a leitura de documentos públicos, como manifestos, cartas de reivindicação e registros de ações coletivas. No mais, foram analisados artigos acadêmicos, relatórios e políticas estudantis relacionadas ao tema, o que permitiu identificar temas recorrentes nas práticas e reivindicações dos coletivos, com foco nas estratégias interseccionais adotadas.

Em suma, esse método permitiu uma análise contextualizada da aplicação da interseccionalidade nas lutas por acesso e permanência de mulheres mães no ensino superior, contribuindo para a compreensão das ações coletivas que visam à superação das desigualdades sociais nas universidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados permitiu a observação de pontos como as múltiplas camadas de opressão vivenciadas por mulheres mães, as estratégias coletivas de resistência e reivindicação que se formam nas universidades a partir de experiências compartilhadas, a busca dessas mulheres por seus pares na academia e a necessidade de políticas estudantis interseccionais. A princípio, identificou-se que as mulheres negras, mães ou não, enfrentam uma sobreposição de opressões que não podem ser reduzidas a uma única dimensão, como gênero ou raça. Conforme apontado por Kimberlé Crenshaw:



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” (Crenshaw, 2002, p. 177)

Ou seja, o racismo, o patriarcalismo e o classismo interagem de forma simultânea, criando experiências únicas de exclusão. No contexto brasileiro, Carla Akotirene, professora, pesquisadora e militante do feminismo negro, faz apontamentos sobre o termo, observando como a história reforça elementos atuantes na escala de opressões. Para ela:

“A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e ‘mulheres de cor’ na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas.” (Akotirene, 2020, p. 48)

Seguindo o pensamento, Lélia Gonzalez discorre sobre as particularidades da vivência da mulher negra, mesmo sem usar o termo interseccionalidade, em ensaios publicados em *Por um feminismo Afro-Latino-Americano* (2020). Portanto, é imprescindível na luta por equidade destacar as vivências singulares dessas mulheres, que experienciam opressões específicas, como a naturalização do trabalho doméstico e de cuidado, a falta de acesso a direitos sociais básicos e a marginalização imposta pela sociedade a partir dos territórios por elas ocupados. Milton Santos aponta que a falta de mobilidade é uma forma de exclusão espacial que agrava desigualdades estruturais. A impossibilidade de circular livremente pelo território reforça o isolamento das populações periféricas e limita seu acesso a recursos que poderiam promover sua emancipação, inviabilizando seu direito à cidadania e à educação, como discorre em *As cidadanias mutiladas*:



“Cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na circulação. Esse famoso direito de ir e vir, que alguns nem imaginam existir, mas que na realidade é tolhido para uma parte significativa da população. Cidadania mutilada na educação. Quem por acaso passou ou permaneceu na maior universidade deste estado e deste país, a USP, não tem nenhuma dúvida de que ela não é uma universidade para negros.” (Santos, 1996, p. 134)

Cabe pontuar que o mesmo ainda ocorre de forma parecida 30 anos depois, de acordo com dados preliminares do Censo 2022 divulgados pelo IBGE em 26 de fevereiro de 2025. Os números mostram que, do ano 2000 para cá, a parcela da população preta ou parda com 25 anos ou mais e ensino superior completo subiu de 2,1% e 2,4% para 11,7% e 12,3%, respectivamente. Porém, a parcela de pessoas brancas na mesma faixa etária, que era de 9,9%, subiu para 25,8%, sendo atualmente o dobro da de pretos e pardos. Djamilia Ribeiro, em O pequeno manual antirracista (2019), debate a necessidade de políticas educacionais afirmativas, trazendo dados sobre a importância das cotas para a população negra, o que reflete os números do Censo.

A análise da atuação de coletivos materno-estudantis destacou as estratégias de resistência e reivindicação desenvolvidas por eles. Esses grupos têm atuado de forma interseccional para visibilizar as demandas específicas de mulheres mães, articulando pautas que vão desde o acesso a creches até a implementação de políticas de assistência estudantil. O Coletivo Mães da UFRJ (CMUFRJ) “suruiu da necessidade de identificação do corpo social parental da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (...) além da necessidade de criação de uma rede de apoio direta para mães discentes que encontravam-se em situação de vulnerabilidade diante da conciliação de múltiplas jornadas.” (CORRÊA et al., 2021, p. 2). Como destacado por Carla Akotirene (2019), a solidariedade e o cuidado coletivo são formas de resistência ao racismo e ao patriarcado, e os coletivos têm se organizado para criar redes de apoio que enfrentem as desigualdades estruturais.



Ademais, a pesquisa também apontou para a necessidade de políticas públicas interseccionais que considerem as múltiplas dimensões das opressões vividas por essas mulheres. Políticas fragmentadas, que abordam apenas uma dimensão da desigualdade, são insuficientes para garantir o acesso e a permanência delas no ensino superior. Por exemplo, a falta de creches públicas e acessíveis é uma barreira que as afeta diretamente. Em acordo com as reflexões de Milton Santos, que destacou como o território e a mobilidade são elementos centrais na reprodução das desigualdades sociais, a implementação de políticas como a expansão do transporte público efetivo e a descentralização dos serviços educacionais são medidas essenciais para romper com o ciclo de exclusão.

As discussões geradas a partir do estudo reforçam a relevância da interseccionalidade como ferramenta analítica e política. Ao considerar as múltiplas camadas de opressão, é possível construir estratégias que não apenas denunciam as desigualdades, mas também propõem soluções concretas e inclusivas. Nesse sentido, os coletivos desempenham um papel fundamental na construção de um sistema educacional superior com equidade e igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central investigar a interseccionalidade como estratégia para o enfrentamento das desigualdades de acesso e permanência no ensino superior por mulheres mães. A pesquisa permitiu evidenciar que a interseccionalidade é uma ferramenta indispensável para compreender as complexas realidades vividas por grupos que enfrentam múltiplas camadas de opressão, como racismo, sexismo e classismo, de forma simultânea e interligada. A análise expôs que as desigualdades sociais não podem ser reduzidas a uma única dimensão, mas devem ser abordadas de forma interligada, considerando as especificidades de cada grupo.



Uma das principais conclusões deste estudo é que os coletivos materno-estudantis, como o Coletivo de Mães da UFRJ, desempenham um papel crucial na luta por justiça social e inclusão educacional. Esses grupos têm utilizado a interseccionalidade como base para suas reivindicações, articulando pautas que visam à viabilização de acesso a creches, à implementação de políticas de assistência estudantil e transporte público acessível e eficaz. Essas ações demonstram que a interseccionalidade não é apenas um conceito teórico, mas uma prática política, reforçando assim a importância de fortalecer esses coletivos e suas lutas, reconhecendo seu papel como agentes de transformação social.

Além disso, a discussão aponta para a necessidade de políticas públicas interseccionais que considerem as múltiplas opressões vividas pelas mães universitárias. A fragmentação das políticas públicas e educacionais instituídas, que abordam apenas uma dimensão da desigualdade, mostram-se insuficientes para viabilizar o acesso e a permanência dessas mulheres no ensino superior. A implementação de medidas que consideram a totalidade da realidade são essenciais para romper com o ciclo de exclusão e promover a inclusão educacional. Essas políticas devem ser construídas em diálogo com a representatividade materno-estudantil, que possui conhecimento prático das realidades vivenciadas e das demandas específicas de seus grupos.

A pesquisa também abre caminho para novas investigações no campo da interseccionalidade e das desigualdades citadas. Um dos limites encontrados, analisando especificamente o Coletivo de Mães da UFRJ, foi a falta de estudos voltados para a temática, tanto na UFRJ como em outras universidades a nível municipal, estadual e federal, o que sugere a necessidade de ampliar o escopo do debate. O movimento é recente e segue se sustentando devido à persistência desse grupo específico composto por mulheres mães, em grande parte negras, periféricas, que segue sendo a base que sustenta a sociedade, dando conta de múltiplas jornadas enquanto luta por equidade.



Em conclusão, ao articular teoria e prática, os coletivos femininos e antirracistas têm demonstrado que é possível enfrentar as desigualdades estruturais e promover a emancipação de grupos marginalizados. A aplicação empírica dessas estratégias, tanto no campo acadêmico quanto no desenvolvimento de políticas públicas e estudantis, pode gerar impactos significativos na vida de mulheres mães, contribuindo para a transformação das estruturas sociais que perpetuam as desigualdades. A interseccionalidade, portanto, não é apenas um conceito, mas um caminho necessário para a luta por direitos.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaira, 2020. p.152 (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). ISBN 978-85-98349-69-5
- CORRÊA, M. S. et al. **Coletivo Mães da UFRJ: redes, ações e estratégias para o fortalecimento dos ativismos maternos universitários**. In: *Anais do III SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA*, 2021, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pesquisa em Maternidade, 2021. ISBN 978-65-81152-32-1. Disponível em: <https://eventos.congresso.me/iiisbmc-pis/resumos/21858.pdf?version=original> Acesso em: 27 fev. 2025
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188. São Paulo: FapUNIFESP (SciELO). 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>. Acesso em 25 fev. 2025
- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 2020. p.375
- PAULO. Paula Paiva. **Parcela de pretos e pardos com ensino superior quintuplica em 22 anos**. **G1**, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/02/26/censo-parcela-de-pretos-e-pardos-com-ensino-superior-quintuplica-em-22-anos-mas-segue-metade-da-de-brancos.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2025
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p.135
- SANTOS, Milton. **As cidadanias mutiladas**. In: *O Preconceito*. p. 133-144. São Paulo: Imprensa Oficial do estado, 1996/1997.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p.176